

Albertina Paula Monteiro
Catarina Cepêda

Amélia Silva
Regina Soares

RELATO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FINALIDADES GERAIS



Com exercícios de aplicação

- NCRF 1** Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCRF 2** Demonstração dos Fluxos de Caixa
- NCRF 4** Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros
- NCRF 24** Acontecimentos Após a Data do Balanço

VidaEconómica

**Albertina Paula Monteiro
Catarina Cepêda**

**Amélia Silva
Regina Soares**

RELATO FINANCEIRO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE FINALIDADES GERAIS**

Com exercícios de aplicação

- | | |
|----------------|--|
| NCRF 1 | Estrutura e Conteúdo das
Demonstrações Financeiras |
| NCRF 2 | Demonstração dos Fluxos de Caixa |
| NCRF 4 | Políticas Contabilísticas, Alterações nas
Estimativas e Erros |
| NCRF 24 | Acontecimentos Após a Data do
Balanço |

PREFÁCIO

Honrado com o convite para prefaciar este livro, imediatamente aceitei o encargo, tendo o privilégio de o estudar em modo privado.

As autoras estão de parabéns por esta obra, com grande valor para muitos interessados, desde a academia, gestores, profissionais da área da contabilidade e da auditoria, até quem careça de uma explicação simples do que é a informação financeira de teor contabilístico de caráter geral.

O livro trata de modo acessível conceitos fulcrais inerentes à forma e conteúdo das demonstrações financeiras, fazendo a sua apresentação e passeando por quatro temas ligados à linguagem e à forma da informação contabilística: a) Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, b) Demonstração dos Fluxos de Caixa, c) Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros e d) Acontecimentos após a Data do Balanço.

Mediante segmentos teóricos organizados eficientemente e um robusto conjunto de questões práticas, a obra propicia uma aprendizagem fluente, devendo notar-se que das 220 páginas corridas, 125, cerca de 57%, são ocupadas com Casos Práticos (8, em 49 páginas) e baterias de Exercícios de Aplicação (5, ao longo de 54 páginas), acrescentando-se, ainda, em Apêndice, um exemplo de Anexo com 22 páginas.

O livro descreve os referidos temas evidenciando os aspetos relevantes à sua compreensão e, na parte prática, descreve com minúcia o trabalho de produção e transmissão da informação. Houve o cuidado de abranger as diversas matérias, sendo muito interessante a dedicação a duas peças muitas vezes esquecidas ou desprezadas – a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com estudo pleno dos conteúdos e da função que exercem. Os

capítulos das políticas, alteração das estimativas e erros e dos acontecimentos após a data do balanço são elucidativos do cuidado que tem de ser aplicado na correta imputação dos dados contabilísticos aos momentos e períodos que marcam a atividade das entidades objeto da informação.

É também importante referir que a obra deixa claras as exigências em função da dimensão das entidades e da natureza estatutária (setores sem fim lucrativo).

O livro é igualmente um incentivo à procura do maior aprofundamento às normas que estruturam a contabilidade, ficando esta a devedora pelo contributo que as autoras aqui oferecem.

Professor José Rodrigues Jesus

ÍNDICE

Índice de figuras	11
Índice de tabelas	13
Lista de siglas e acrónimos	15
Apresentação	17
1. Enquadramento às Demonstrações Financeiras	
1.1 Estrutura Conceptual	21
1.1.1 Finalidades	22
1.1.2 Âmbito	22
1.1.3 Reconhecimento e mensuração	23
1.1.4 Objetivos das demonstrações financeiras e aspetos relacionados	24
1.1.4.1 Objetivos	25
1.1.4.2 Pressupostos	25
1.1.4.3 Características qualitativas	26
1.1.4.4 Constrangimentos	29
1.2 Sistema de Normalização Contabilística	29
1.2.1 Estrutura do SNC	30
1.2.2 Bases para a apresentação de demonstrações financeiras ..	30
1.2.3 Categorias de entidades	32
1.2.4 NCRF aplicáveis às entidades e dispensa de aplicação do SNC	33
1.2.5 Superação de lacunas	34

1.2.6 Demonstrações financeiras aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC.....	34
Exercícios de aplicação 1	39
Exercícios de aplicação 1 – Proposta de resolução	45
2. NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	
2.1 Objetivo.....	47
2.2 Âmbito.....	48
2.3 Identificação das demonstrações financeiras.....	48
2.4 Período de relato	48
2.5 Balanço	49
2.5.1 Definição.....	49
2.5.2 Mensuração da posição financeira	49
2.5.3 Disposição dos elementos no Balanço.....	50
2.5.4 Classificação em corrente e não corrente	51
2.5.5 Equação fundamental do património.....	53
2.5.6 Modelo do Balanço	53
2.5.7 Elaboração do Balanço	55
2.6 Demonstração dos Resultados por Naturezas	58
2.6.1 Mensuração do desempenho	58
2.6.2 Tipos de resultados.....	58
2.6.3 Resultados do período	59
2.6.4 Informação a ser apresentada na face da Demonstração dos Resultados	59
2.6.5 Modelo da Demonstração dos Resultados por Naturezas .	60
2.6.6 Elaboração da Demonstração dos Resultados por Naturezas	61
2.6.7 Modelo da Demonstração dos Resultados por Funções....	62
2.7 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	64
2.8 Anexo.....	68
CASO PRÁTICO 1	69

CASO PRÁTICO 1 – Resolução.....	74
CASO PRÁTICO 2.....	79
CASO PRÁTICO 2 – Resolução.....	94
CASO PRÁTICO 3.....	101
CASO PRÁTICO 3 – Resolução.....	104
Exercícios de aplicação 2.....	107
Exercícios de aplicação 2 – Proposta de resolução.....	113
3. NCRF 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	
3.1 Objetivo.....	125
3.2 Âmbito.....	126
3.3 Definições.....	126
3.4 Utilidade da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	127
3.5 Exemplos de Fluxos de Caixa por atividades.....	127
3.6 Relato de fluxos de caixa.....	130
3.6.1 Atividades operacionais:.....	130
3.6.2 Atividades de investimento e de financiamento.....	131
3.7 Fluxos de caixa em moeda estrangeira.....	131
3.8 Modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	131
3.9 Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	133
3.9.1 Fluxos das atividades operacionais.....	133
3.9.2 Fluxos das atividades de investimento.....	135
3.9.3 Fluxos das atividades de financiamento.....	137
CASO PRÁTICO 4.....	138
CASO PRÁTICO 4 - Resolução.....	138
Exercícios de aplicação 3.....	145
Exercícios de aplicação 3 – Proposta de resolução.....	157
4. NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	
4.1 Objetivo.....	168
4.2 Âmbito.....	168
4.3 Definições.....	168

4.4 Alterações nas estimativas contabilísticas	169
4.5 Erros de períodos correntes e anteriores.....	170
4.6 Políticas Contabilísticas.....	172
CASO PRÁTICO 5	175
CASO PRÁTICO 5 – Resolução.....	175
CASO PRÁTICO 6	176
CASO PRÁTICO 6 - Resolução	176
Exercícios de aplicação 4	179
Exercícios de aplicação 4 – Proposta de resolução	183
5. NCRF 24 – Acontecimentos após a data do Balanço	
5.1 Objetivo.....	185
5.2 Âmbito.....	185
5.3 Definições	186
5.4 Reconhecimento e mensuração	186
5.4.1 Acontecimentos após a data de Balanço que dão lugar a ajustamentos	186
5.4.2 Acontecimentos após a data de Balanço que não dão lugar a ajustamentos	187
CASO PRÁTICO 7	189
CASO PRÁTICO 7 – Resolução.....	189
CASO PRÁTICO 8	189
CASO PRÁTICO 8 – Resolução.....	190
Exercícios de aplicação 5	191
Exercícios de aplicação 5 – Proposta de resolução	193
Referências bibliográficas	195
Apêndice	199
Nota sobre os autores	221

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Finalidades da Estrutura Conceptual	22
Figura 2. Bases de mensuração	24
Figura 3. Características qualitativas da informação financeira.....	26
Figura 4. Sub-características da característica qualitativa fiabilidade.....	28
Figura 5. Categorias de entidades no âmbito do Decreto-Lei 98/2015	32
Figura 6. Classificação das categorias de entidades de acordo com o artigo 9º do Decreto-Lei 98/2015.....	32
Figura 7. Normas aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC.....	33
Figura 8. Elementos que permitem avaliar a posição financeira de uma entidade.....	50
Figura 9. Equação fundamental da contabilidade	53
Figura 10. Equação da situação líquida da empresa.....	53
Figura 11. Modelo do Balanço publicado na Portaria 220/2015.....	54
Figura 12. Resultados evidenciados na Demonstração dos Resultados por Naturezas	59
Figura 13. Modelo da Demonstração dos Resultados por Naturezas	60
Figura 14. Modelo da Demonstração dos Resultados por Funções	62
Figura 15. Factos suscetíveis de alterar o Capital Próprio	65
Figura 16. Modelo da Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	67
Figura 17. Modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	132
Figura 18. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	170
Figura 19. Limitações à reexpressão retrospectiva.....	172
Figura 20. Aplicação de políticas contabilísticas	173

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Demonstrações financeiras aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC	35
Tabela 2. Modelo de Balanço com contas do SNC e NCRF aplicáveis	56
Tabela 3. Modelo da Demonstração dos Resultados por Naturezas com contas do SNC e NCRF aplicáveis.	61
Tabela 4. Exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais	128
Tabela 5. Exemplos de fluxos de caixa de atividades de investimento	129
Tabela 6. Exemplos de fluxos de caixa de atividades de financiamento....	130

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo
- IAS – *International Accounting Standards*
- IASC – *International Accounting Standards Committee*
- IASB – *International Accounting Standards Board*
- IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*
- IFRS – *International Financial Reporting Standards*
- NC-ME – Norma Contabilística para Microentidades
- NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
- NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
para Entidades do Setor Não Lucrativo
- NCRF-PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
para Pequenas Entidades
- NI – Normas Interpretativas
- NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
- SIC – *Standard Interpretations Committee*
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística

APRESENTAÇÃO

Existe uma percepção geral de que a Contabilidade tende a ser uma disciplina conservadora, com poucas mudanças. Não obstante, a Contabilidade emergiu como uma atividade prática em resposta a necessidades concretas da vida em sociedade. Com efeito, a Contabilidade surgiu, basicamente, da necessidade de organizar os dados patrimoniais, económicos e financeiros de uma determinada unidade económica e administrativa, que pode ser uma empresa, um governo ou uma pessoa física, concretamente uma entidade (Velter & Missagra, 2009). E, por isso, a Contabilidade tende a acompanhar o ritmo da mudança das sociedades em que se insere. O tratamento contabilístico das questões de ordem social e ambiental e o movimento de normalização contabilística internacional são dois exemplos recentes que demonstraram a dinâmica da contabilidade e a sua interação com o contexto em que opera. Com o progresso da atividade económica, a contabilidade tornou-se uma fonte de informação essencial à gestão empresarial (Schwartz, 2016).

A contabilidade, como ciência, preocupa-se com a preparação, análise e divulgação de informação financeira e não financeira (Buljubašić & Ilgùn, 2015), que permita a formação de julgamentos informados e a tomada de decisões dos utilizadores dessa informação (*American Accounting Association*, 1996). Como meio de divulgação de informação, as empresas utilizam relatórios financeiros, os quais incluem um conjunto de demonstrações financeiras e outra informação suplementar, financeira e não financeira, para que os utilizadores da informação possam avaliar o impacto da atividade

empresarial no desempenho financeiro, na posição financeira e alterações na mesma (Alrawahi & Sarea, 2016; Robinson *et al.*, 2020).

Se a informação tem de ser útil, então, a questão que se coloca de seguida é: útil para quem e para quê? A informação contabilística serve um conjunto muito diverso de partes interessadas (*stakeholders*), nomeadamente gestores, investidores, trabalhadores, credores, clientes, fornecedores e Estado (entre outros). Esta diversidade de destinatários e utilizadores da informação contabilística remete-nos para uma distinção importante de duas grandes áreas disciplinares da Contabilidade: a contabilidade financeira, que se destina aos utilizadores externos à organização, e a contabilidade de gestão, que se destina aos utilizadores internos à organização, neste caso os gestores dos diferentes níveis hierárquicos. Neste livro, o foco é a contabilidade financeira, ou seja, a produção de informação para utilizadores externos à organização.

Para que os utentes da informação financeira e não financeira possam tomar decisões económicas informadas, os relatórios empresariais devem refletir a realidade empresarial, assim como as características essenciais do modelo de relato (Barton & Simko, 2002). No caso do relato financeiro, este deve refletir as características essenciais do modelo empresarial.

Porém, para que seja de qualidade e sirva o seu propósito, o relato financeiro é regulado pelo normativo contabilístico, pelo direito das sociedades e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, se aplicável.

O Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, revoga o Plano Oficial de Contabilidade e legislação complementar e cria o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que vem na linha da modernização da Contabilidade ocorrida na União Europeia.

Na sequência da publicação dos Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpôs para a ordem jurídica interna a diretiva 2013/34/UE, Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, e Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de março, (e outra legislação) ocorreram alterações substanciais no normativo contabilístico, implicando, além do mais, a revisão dos modelos das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a Portaria 220/2015, de 24 de julho, vem aprovar novos modelos de demonstrações financeiras. Estes modelos constituem um referencial que contempla a informação a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC, podendo também ser utilizados, em algumas situações,

pelas entidades que apliquem as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), de forma a assegurar a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

O relato financeiro, o qual inclui um conjunto de demonstrações financeiras, é um meio de divulgar informação sobre a entidade aos *stakeholders* para que estes possam tomar decisões económicas informadas e avaliar a eficácia da gestão da empresa. Assim, as demonstrações financeiras são concebidas para satisfazer as necessidades comuns dos diversos *stakeholders*. Contudo, é importante que as demonstrações financeiras sejam preparadas com rigor e retratem a realidade empresarial.

O presente livro tem como objetivo apresentar a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras de finalidades gerais de acordo com o normativo em vigor e aplicável a Portugal. É também objetivo abordar as normas contabilísticas que tratam de alterações nas políticas contabilísticas e estimativas, correção de erros e acontecimentos após a data do Balanço que provocam (ou não) alterações ou ajustamentos nas demonstrações financeiras.

Este livro, organizado em cinco capítulos, começa por abordar a Estrutura Conceptual e o SNC, de forma a fazer um breve enquadramento às demonstrações financeiras. O capítulo 2, no âmbito da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 1, trata da estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, elucidando os usuários deste livro quanto à elaboração do Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração dos Resultados por Funções, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e Anexo. De seguida, no capítulo 3, a Demonstração dos Fluxos de Caixa é estudada com minúcia, no âmbito da NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os dois últimos capítulos são dedicados às NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros e 24 - Acontecimentos Após a Data do Balanço. Nestes capítulos pretende-se fornecer uma orientação quanto ao tratamento contabilístico a ter em conta perante alterações de políticas e estimativas contabilísticas e correções de

erros, assim como nos acontecimentos após a data do Balanço que dão lugar ou não a ajustamentos nas demonstrações financeiras.

Além de uma exposição conceptual, suportada em exemplos práticos, no final de cada capítulo são apresentados exercícios de aplicação e a respectiva resolução.

De referir que neste livro se utiliza como referência o normativo contabilístico aplicável às entidades inseridas no regime geral do SNC, não abrangendo o relato financeiro de grupo de empresas.

Este livro destina-se a pessoas com alguns conhecimentos prévios de Contabilidade financeira. Poderá ser particularmente adequado para os cursos de contabilidade (e áreas afins) ao nível de licenciatura, de mestrado ou da pós-graduação, bem como a profissionais que pretendam desenvolver os seus conhecimentos sobre a preparação das demonstrações financeiras.

1. ENQUADRAMENTO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são o resultado do registo contabilístico das operações económicas de uma entidade de acordo com o Normativo Contabilístico aplicável (Robinson *et al.*, 2020). Estes instrumentos contabilísticos procuram retratar os efeitos financeiros dessas operações no desempenho e na posição financeira de uma entidade. Assim, as demonstrações financeiras têm a função de fornecer informação útil à tomada de decisões económicas (Macve, 2010).

Neste capítulo introdutório pretende-se enquadrar as demonstrações financeiras no atual normativo contabilístico português, ou seja, na Estrutura Conceptual e no SNC. No final deste capítulo constam alguns exercícios de aplicação.

1.1 ESTRUTURA CONCEPTUAL

A Estrutura Conceptual do SNC (Aviso 8254/2015, de 29 de julho) segue de muito perto a Estrutura Conceptual de preparação e apresentação de demonstrações financeiras do *International Accounting Standards Board* (IASB) (Comissão de Normalização Contabilística, 2021). Nos subpontos seguintes apresentam-se alguns dos pontos incluídos na Estrutura Conceptual, nomeadamente a finalidade, âmbito, reconhecimento e mensuração, assim como os objetivos das demonstrações financeiras (e aspetos relacionados).

Exercícios de aplicação 1

Exercício 1

O SNC é composto pelo seguinte conjunto de instrumentos:

- a) Estrutura conceptual, código de contas e modelos de demonstrações financeiras;
- b) Estrutura conceptual, código de contas, modelos de demonstrações financeiras, bases para a apresentação das demonstrações financeiras e as NCRF aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC;
- c) Código de contas e modelos de demonstrações financeiras, bases para a apresentação das demonstrações financeiras e as NIC;
- d) Código de contas, modelos de demonstrações financeiras, bases para a apresentação das demonstrações financeiras, NCRF aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC e Normas Interpretativas.

Exercício 2

No SNC, as lacunas devem ser superadas supletivamente pela seguinte ordem:

- a) Em primeiro lugar recorre-se às IAS e em segundo às IFRS do IASB;
- b) Primeiro recorre-se às NIC, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, em segundo lugar às IAS/IFRS do IASC/IASB e respetivas interpretações (SIC/IFRIC);
- c) Primeiro recorre-se às IAS/IFRS do IASC/IASB e respetivas interpretações (SIC/IFRIC) e em segundo às NIC, adotadas ao abrigo

Exercícios de aplicação 1 – Proposta de resolução

Exercício 1. d)

Exercício 2. b)

Exercício 3. c)

Exercício 4. d)

Exercício 5. d)

Exercício 6. b)

Exercício 7. d)

Exercício 8. b)

Exercício 9. b)

Exercício 10. a)

Exercício 11. c)

Exercício 12. b)

Exercício 13. d)

Exercício 14. c)

Exercício 15. a)

Exercício 16. d)

NCRF 1 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprios e do Anexo são tratados na NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e na Portaria 220/2015. Neste capítulo apresenta-se o conteúdo da NCRF 1, nomeadamente o objetivo, o âmbito, a identificação das demonstrações financeiras e o período de relato. Posteriormente, são apresentadas e exploradas as diferentes demonstrações financeiras tratadas nesta Norma. No final deste capítulo, além de casos práticos, disponibilizam-se alguns exercícios de aplicação.

2.1 OBJETIVO

A NCRF 1 é baseada na IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* e tem como objetivo prescrever as bases quanto à estrutura e conteúdo dos seguintes instrumentos contabilísticos (§§ 1 e 2):

I – Balanço;

II - Demonstração dos Resultados por Naturezas;

III - Demonstração das Alterações no Capital Próprio; e

IV - Anexo.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é tratada na NCRF 2.

Exercícios de aplicação 2

Exercício 1

Um ativo é reconhecido no Balanço:

- a) Quando for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o ativo tenha um valor que possa ser mensurado com relevância;
- b) Quando for provável que exfluxos económicos fluam para a entidade e o ativo tenha um valor que possa ser mensurado com relevância;
- c) Quando for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o ativo tenha um valor que possa ser mensurado com fiabilidade;
- d) Quando for provável que recursos económicos fluam para a entidade e o ativo tenha um valor que possa ser mensurado com relevância.

Exercício 2

Um passivo é reconhecido no Balanço:

- a) Quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente e que a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade;
- b) Quando for provável que os exfluxos económicos fluam da entidade e o passivo tenha um valor que possa ser mensurado com relevância;
- c) Quando for provável que um influxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente e

Exercícios de aplicação 2 – Proposta de resolução

Exercício 1. c)

Exercício 2. a)

Exercício 3. d)

Exercício 4. b)

Exercício 5. d)

Exercício 6.

6.1 Classificação dos ativos e passivos em correntes e não correntes.

Ativo corrente:

- ✓ Caixa (11)
- ✓ Depósitos à ordem (12) – Saldo devedor. O valor a descoberto (saldo credor) terá de ser transferido para o Passivo Corrente - Financiamentos Obtidos (2512)
- ✓ Outros Instrumentos Financeiros (14)
- ✓ Clientes (21) – Saldo Devedor
- ✓ Fornecedores (22) – Saldo devedor (conta 228, conforme informação adicional)
- ✓ Estado e Outros Entes Públicos (24) – Saldo Devedor
- ✓ Outras Contas a Receber e a Pagar (27) – Saldo Devedor
- ✓ Diferimentos (28) – Saldo Devedor
- ✓ Mercadorias (conta 32)

NCRF 2 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece aos utentes das demonstrações financeiras informação sobre recebimentos e pagamentos num determinado período por três categorias de atividade: operacional; de investimento; e de financiamento (Robinson *et al.*, 2020; Wahlen *et al.*, 2022). Embora a Demonstração dos Resultados proporcione informação sobre o desempenho de uma entidade, a informação contida na Demonstração dos Fluxos dos Caixa revela-se importante para a avaliação do equilíbrio financeiro da entidade a longo prazo, nomeadamente a liquidez, solvência e flexibilidade financeira (Robinson *et al.*, 2020). A norma contabilística que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa é a NCRF 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Este capítulo apresenta o objetivo, o âmbito e as definições de termos para uma melhor interpretação da norma, bem como a utilidade da Demonstração dos Fluxos de Caixa e alguns exemplos de fluxos de caixa por atividades (operacionais, de investimentos e de financiamento). Além disso, aborda o relato dos fluxos de caixas por atividades, os fluxos de caixa em moeda estrangeira, apresenta o modelo desta demonstração financeira e as orientações para a sua elaboração. Na parte final do capítulo constam casos práticos e exercícios de aplicação com a respetiva resolução.

3.1 OBJETIVO

O objetivo da NCRF 2 (§ 1) “*é o de exigir informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma entidade por meio de uma demonstração de fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa durante o período*” por:

Exercícios de aplicação 3

Exercício 1

Classifique os seguintes fluxos de caixa em atividades de financiamento, investimento ou operacionais:

Descrição
Foram emitidas 500 ações próprias por 1 500€.
Venda de uma máquina agrícola por 400 000€ com valor contabilístico de 50 000€ e custo de aquisição de 600 000€.
Dividendos recebidos de ações integradas em meios financeiros líquidos, no valor de 600€.
Recebimento de dividendos de uma empresa associada, no valor de 2 000€.
Pagamento do imposto sobre o rendimento de 5 000€, sendo que 5% do valor diz respeito a mais-valias da venda de ativos fixos tangíveis.

Exercício 2

Com base na seguinte lista de pagamentos e recebimentos relativos ao ano N da empresa VERDEAZUL, Lda., indique o fluxo das atividades operacionais desse período:

Descrição	Valor (em euros)
Contração de um empréstimo bancário	60 000
Reembolso de IVA por parte do Estado	13 500
Pagamento a fornecedores de inventários	18 000
Cobrança de dívidas de clientes	150 000
Pagamento de juros do empréstimo contraído	21 000
Pagamento de salários	60 000
Pagamento a fornecedores de investimentos	55 000

Exercícios de aplicação 3 – Proposta de resolução

Exercício 1

Classificação dos fluxos de caixa

Descrição	Atividade
Foram emitidas 500 ações próprias por 1 500€.	Financiamento
Venda de uma máquina agrícola por 400 000€ com valor contabilístico de 50 000€ e custo de aquisição de 600 000€.	Investimento
Dividendos recebidos de ações integradas em meios financeiros líquidos, no valor de 600€.	Operacional
Recebimento de dividendos de uma empresa associada, no valor de 2 000€	Investimento
Pagamento do imposto sobre o rendimento de 5 000€, sendo que 5% do valor diz respeito a mais-valias da venda de ativos fixos tangíveis	Operacional: 4 750€ Investimento: 250€

Exercício 2. c)

Exercício 3. b)

Exercício 4

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:

Recebimentos de clientes

Vendas e serviços prestados:	2 184 000,00 (+)
Iva liquidado	502 320,00 (+)
Variação de clientes	
N-1	495 843,00 (+)
N	525 345,00 (-)
Total dos recebimentos	2 656 818,00

NCRF 4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As bases para apresentação das demonstrações financeiras de finalidades gerais incluem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras no tempo e com outras entidades. A comparabilidade e a consistência na informação financeira são dois importantes requisitos apresentados no SNC.

A comparabilidade entre as demonstrações financeiras é necessária para facilitar a tomada de decisões económicas por parte dos seus utilizadores, sendo uma das principais características qualitativas das demonstrações financeiras identificadas na Estrutura Conceptual. Por sua vez, a aplicação consistente das políticas contabilísticas é um requisito essencial da informação comparável e relevante.

A NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, baseada na IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, orienta os preparadores das demonstrações financeiras de forma a contribuir para a informação comparável e relevante à tomada de decisões. Esta norma é tratada neste capítulo, que começa por apresentar o objetivo, âmbito e definições de termos essenciais à boa interpretação da norma. De seguida, expõe-se questões contabilísticas relacionadas com alterações nas estimativas, erros contabilísticos e políticas contabilísticas. O capítulo termina com casos práticos e exercícios de aplicação com a respetiva resolução.

CASO PRÁTICO 5

A empresa Controir & Vende, Lda. adquiriu uma máquina em janeiro de N-1 por 22 500,00€, sendo a sua vida útil estimada em 5 anos e o valor residual de zero. O método de depreciação adotado foi o de linha reta. Devido a mudanças de planos da empresa, a vida útil remanescente foi revista para três anos no início do ano N.

Pedidos:

- a) Indique se a alteração da vida útil da máquina é uma alteração de uma política contabilística, de estimativa contabilística ou erro.
- b) Determine a valor da depreciação nos anos N-1, N e N+1

CASO PRÁTICO 5 – Resolução

- a) Trata-se de uma alteração de uma estimativa contabilística.
- b) Sendo uma alteração de uma estimativa contabilística, a alteração deve ser aplicada prospetivamente, ou seja, ao ano da alteração da estimativa e ano(s) seguinte(s).

O valor da depreciação do ano N-1 foi de 4 500,00€ ($22\,500,00\text{€}/5$).

Nos anos N e N+1 considera-se a alteração da estimativa. Como a máquina será depreciada durante mais 3 anos, o valor ajustado da depreciação deve ser calculado da seguinte forma: valor que falta depreciar a dividir pela vida útil remanescente. Desta forma, o valor da depreciação em N e N+1 é de 6 000,00 [$(22\,500,00 - 4\,500,00)/3$].

Exercícios de aplicação 4

Exercício 1

De acordo com a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas Contabilísticas e Erros, o tratamento contabilístico de uma alteração obrigatória:

- a) É sempre diferente do tratamento a adotar nas alterações voluntárias das políticas contabilísticas;
- b) Pode ser igual ao tratamento a adotar nas alterações voluntárias das políticas contabilísticas, estando dependente do julgamento profissional do preparador da informação contabilística;
- c) Está sempre consignado a disposições transitórias específicas da NCRF que obrigou à alteração da política contabilística;
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Exercício 2

Quando for difícil distinguir uma alteração na política contabilística de uma alteração de uma estimativa contabilística, de acordo com a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração deve ser aplicada:

- a) Prospetivamente;
- b) Retrospectivamente;
- c) Nada fazer;
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Exercícios de aplicação 4 – Proposta de resolução

Exercício 1. d)

Exercício 2. a)

Exercício 3. c)

Exercício 4. c)

Exercício 5. b)

Exercício 6. a)

Exercício 7. c)

NCRF 24 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, com ocorrência entre o período de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão, constituem em termos contabilísticos os “Acontecimentos Após a Data de Balanço”. Esta matéria é tratada na NCRF 24 - Acontecimentos Após a Data do Balanço.

Este capítulo é dedicado a esta NCRF e começa por expor o objetivo, âmbito e definições de termos fundamentais à boa compreensão da mesma. Os pontos seguintes abordam os acontecimentos após a data do Balanço que dão lugar (ou não) a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Tal como nos capítulos anteriores, este último capítulo termina com casos práticos e exercícios de aplicação, com a respetiva resolução.

5.1 OBJETIVO

O objetivo da NCRF 24 é estabelecer, relativamente a acontecimentos após a data do Balanço, quando uma entidade deve ajustar as suas demonstrações financeiras e os princípios gerais da divulgação de acontecimentos (§ 1).

5.2 ÂMBITO

Esta Norma é de aplicação à contabilização de acontecimentos após a data do Balanço (§ 2).

Exercícios de aplicação 5

Exercício 1

Desde fevereiro de N+1 e até à data de autorização para emissão das demonstrações financeiras de N que se verifica uma quebra progressiva no câmbio do Dólar. Em 31 de dezembro de N, a empresa ABC, Lda. detinha um significativo valor a receber de um cliente (em dólares), no prazo de 4 meses. De acordo com a NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço, a empresa deve:

- a) Efetuar o ajustamento em N de forma a refletir a perda nas Demonstrações Financeiras de N;
- b) Divulgar o acontecimento em Anexo;
- c) A alínea a) e b);
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Exercício 2

O seguinte acontecimento ocorrido no período subsequente e antes da data de autorização para emissão das demonstrações financeiras requer ajustamento:

- a) Perdas num armazém resultante de uma inundação;
- b) Alterações das cotações das ações detidas como investimentos;
- c) Decisão condenatória num processo interposto por um ex-colaborador para o qual não tinha sido reconhecida qualquer provisão;
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Exercícios de aplicação 5 – Proposta de resolução

Exercício 1. b)

Exercício 2. c)

Exercício 3

Trata-se de um acontecimento que ocorre entre a data do Balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras que não dá lugar a qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras, mas o Contabilista Certificado deve divulgar os dividendos anunciados após a data do Balanço no Anexo às demonstrações financeiras (NCRF 24, §11).

Exercício 4

A descoberta da fraude mostra que as demonstrações financeiras estão incorretas, devendo as mesmas serem objeto de correção, uma vez que os gastos estão sobreavaliados e o saldo de depósitos à ordem está subavaliado (NCRF 24, § 6, e)).

Exercício 5

De acordo com a alínea a) do parágrafo 6 da NCRF 24, trata-se de um acontecimento que dá lugar a ajustamentos. O acontecimento, que teve lugar durante a data do Balanço e data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, veio dar evidências de que a empresa tinha uma obrigação presente na data de relato do período N-1. O Contabilista Cer-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Accounting Association (1996). A Statement of Basic Accounting Theory [Evanston, Ill.].

Akhtar, S., & Liu, Y. (2018). SMEs' use of financial statements for decision making: Evidence from Pakistan. *Journal of Applied Business Research*, 34(2), 381-392.

Alrawahi, F. E., & Sarea, A. M. (2016). An investigation of the level of compliance with international accounting standards (IAS 1) by listed firms in Bahrain Bourse. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, 9(2), 254–276. doi:10.1108/imefm-07-2015-0077

Aviso 8254/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29. Estrutura Conceptual. <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/8254-2015-69889534>

Aviso 8255/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29. NCRF - Microentidades (ME). <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/8255-2015-69889535>

Aviso 8256/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29. NCRF - Regime Geral. <https://files.dre.pt/2s/2015/10/204000000/3008930092.pdf>

Aviso 8257/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29. NCRF – PE. https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8257_2015_29Jul_NC_PE.pdf

Aviso 8258/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29. Normas Interpretativas. https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8258_2015_29Jul_NI.pdf

Aviso 8259/2015, DR 146, II Série de 2015/07/29 - NCRF – ESNL. https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8259_2015_29Jul_NC_ESNL.pdf

Barton, J., & Simko, P. J. (2002). The balance sheet as an earnings management constraint. *The accounting review*, 77(s-1), 1-27.

Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R., & Rodrigues, J. (2021). Elementos de Contabilidade Geral. Lisboa: Áreas Editora.

Buljubašić, E., & Ilgùn, E. (2015). Impact of accounting information systems on decision making case of Bosnia and Herzegovina. *European researcher. Series A*, (7), 460-469.

Christensen, J. (2010). Conceptual frameworks of accounting from an information perspective. *Accounting and Business Research*, 40(3), 287-299.

Código das Sociedades Comerciais. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=524&tabela=leis&so_miolo=

Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx

Comissão de Normalização Contabilística (2021). Sistema de Normalização Contabilística. CNC: Lisboa, Portugal.

Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de março. Aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/36-a-2011-647296>

Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho. Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>

Decreto-Lei 159/2009, de 13 de julho. No uso da autorização legislativa concedida pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro, altera o Código do IRC, adaptando as regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade tal como adoptadas pela União Europeia, bem como aos normativos contabilísticos nacionais que visam adaptar a contabilidade a essas normas. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/159-2009-492429>

Decreto-Lei 160/2009, de 13 de julho. Aprova o regime jurídico de organização e o funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística

e revoga o Decreto-Lei 367/99, de 18 de Setembro. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/160-2009-492427>

Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro. Estabelece o novo regime jurídico de regularização das dívidas à segurança social. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/411-1991-288977>

Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho. Transpõe a Diretiva 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/98-2015-67356342>

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho Texto relevante para efeitos do EEE. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32013L0034>

Eierle, B., & Schultze, W. (2013). The role of management as a user of accounting information: Implications for standard setting. *Accounting and Management Information Systems*, 12(2), 155-189

Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2016). *Relato Financeiro: Interpretação e Análise*. Porto: Vida Económica.

Lei 70/2013, de 30 de agosto. Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/70-2013-499547>

Macve, R. (2010). Conceptual frameworks of accounting: Some brief reflections on theory and practice. *Accounting and Business Research*, 40(3), 303-308.

Nabais, C. & Nabais, F. (2016). *Prática Contabilística* (6.ª Edição). Lisboa: Lidel.

Phornlaphatrachakorn, K. (2019). Internal control quality, accounting information usefulness, regulation compliance, and decision-making success: Evidence from canned and processed foods businesses in Thailand. *International Journal of Business*, 24(2), 198-215.

Portaria 218/2015, DR 142, I Série de 2015/07/23. Aprova o Código de Contas. http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Portaria_218_2015_23Jul_CContas.pdf

Portaria 220/2015, DR 143, I Série de 2015/07/24. Aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/220-2015-69866634>

Regulamento (CE) 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 19 de julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32002R1606>

Robinson, T. R., Henry, E. & Broihahn, M. A. (2020). *International financial statement analysis*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Sari, N. Z. M., Se, M., & Purwanegara, H. D. (2016). The effect of quality accounting information system in Indonesian government (BUMD at Bandung area). *Research Journal of Finance and Accounting*, 7(2).

Schwartz, M. (2016). Ethical decision-making theory: An integrated approach. *Journal of Business Ethics*, 139(4), 755–776.

Velter, F., & Missagia, L. R. (2009). Manual de Contabilidade. Grupo Gen-Forense Universitária.

Wahlen, J. M., Baginski, S. P., & Bradshaw, M. (2022). *Financial reporting, financial statement analysis and valuation*. Cengage learning.

Missagia, L. R., & Velter, F. (2009). Contabilidade avançada. Elsevier Editora.

APÊNDICE

Entidade: ABC, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de N

(Valores em euros, arredondados à unidade)

1. Identificação da entidade e período de relato

A entidade ABC, S.A., foi constituída em 1979, tem a sua sede na Zona Industrial da Matosinhos, em Matosinhos. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 536956650, com um capital social de 1 503 000€.

A entidade tem como atividade principal a Fabricação de Balanças e de Outros Equipamentos para Pesagem (CAE 28292).

As demonstrações financeiras foram preparadas para o Ano N.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

Em N, as demonstrações financeiras da entidade ABC, S.A. foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

De acordo com o Decreto-Lei 85/2015, a entidade ABC, S.A. é considerada uma média entidade, sujeita às NCRF (regime geral). A adoção

das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da entidade em continuidade.

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, ou seja, os rendimentos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “diferimentos” ou “outras créditos a receber”/“outros dívidas a pagar” (se referentes a valores reconhecidos nas contas “devedores e credores por acréscimos”).

As políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Cada classe material de itens semelhantes foi apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos foram mensurados separadamente, a não ser que uma norma contabilística exija ou permita a sua compensação.

As demonstrações financeiras do período findo em N são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período N-1.

Outras políticas contabilísticas relevantes:

- Ativos fixos tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. Os terrenos e edifícios encontram-se mensurados pelo modelo de revalorização. O seu justo valor foi determinado por uma entidade independente e qualificada para o efeito.

RELATO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FINALIDADES GERAIS

Este livro é um excelente guia, tanto a nível académico como profissional, devido à sua visão clara e abrangente e ao seu carácter prático que o torna um extraordinário elemento para o estudo e apoio nesta matéria.

Assumida a sua importância para a análise financeira, o Relato Financeiro transmite informação criteriosa e essencial para as organizações e público de interesse, sendo seguramente o grande auxiliar nas tomadas de decisão por parte dos órgãos de gestão.

Bem-vindo ao universo do Relato Financeiro, onde cada número conta.

Jorge Barbosa

Vice-Presidente da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)